

SER E NÃO SER: AMBIVALÊNCIA NAS IDENTIDADES DE GÊNERO

Margarete Almeida NEPOMUCENO¹

Eu prefiro ser esta metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.

Raul Seixas

O mosaico mutante das identidades de gênero coloca mulheres e homens em uma profusão de sentidos. Numa época em que o tempo-espaço se liquiefaz, em um processo de desconstrução e descontinuidades de valores, verdades e estruturas, o sujeito considerado alto-moderno, pós-moderno ou hipermoderno, como queiram entender os teóricos, vivenciam um estado de fragmentação e ambivalência de suas identidades. Assim, ser homem ou ser mulher, não é algo mais tão natural frente evidências da ordem biológica ou mesmo das transformações da ordem cultural. Outros desenhos se configuram, deslocando significados, ultrapassando limiares e abrindo fronteiras para uma nova genealogia de gênero.

O ensaio que aqui apresentamos não tem como pretensão traçar esta genealogia no seu sentido mais estrito, antes, desejamos apenas apresentar um esboço de algumas abordagens teóricas sobre gênero e identidades que se apresentam neste momento contemporâneo, que aqui optamos por tratar como pós-moderno, embora saibamos que esta discussão de diferenciações merece maior relevância.

Entendemos assim, que os sujeitos que configuram esta pós-modernidade são os descendentes de um período Iluminista, onde a razão e as identidades aparentemente fixas e sólidas, os garantiam lugares como sujeitos sociais. Diante das brechas e lacunas deixadas por este período consolidador, novas rupturas revelavam que mudanças estruturais estariam se transformando no final do século XX.

Começa então, o que muitos considerariam “crises da identidade”, situadas em uma perda de sentido de si mesmo, de sua atomização social e individual, de sujeitos integrados e pertencentes a uma identidade “segura”, estável e previsível. O deslocamento do mundo vivido e da sua cultura coloca em xeque o que é tido como certo e coerente, abrindo caminhos para as possibilidades da dúvida, da incerteza, da insegurança.

Como não poderia deixar de ser, a sexualidade e a categoria de gênero estão entre os fortes indícios destas mudanças. O reconhecimento da identidade enquanto masculino e

¹ Doutoranda do PPGS/UFPB

feminino deixa de ser assim tão plausível, já que o processo de deslocamento e ambivalência do mundo vivido, em várias esferas pessoais e culturais, passa a colocar em confronto a norma, a duvidar do natural e a perceber as diferenças na multiplicidade e não apenas nas dicotomias que os constituem como macho/fêmea.

O que pretendemos aqui é levantar questões ou incitar possíveis compressões sobre como este modelo de identidades fixas do masculino e feminino passa pelo processo de descentralização do que foi entendido como “natureza essencial do macho e da fêmea”, perpassando pela categoria binária de sexo para a categoria de relações de gênero, dentro da construção de interferências das estruturas históricas, sociais e culturais.

Nosso ponto de chegada ou de partida, entendendo que estamos sempre nos refazendo, é encontrar conexões entre as identidades pós-modernas fragmentadas ou “diluídas” com as novas percepções e vivências da masculinidade e feminilidade em indeterminações flutuantes. Neste jogo de palavras e sentidos de ser e não ser, a ambivalência das possibilidades de ser e deixar de ser e continuar sendo, no fluxo contínuo de identidades plurais e suas possíveis resignificações na contemporaneidade.

Sexo e Gênero: (des) Construindo as diferenças

...embora sejam de sexos diferentes, em conjunto são o mesmo que nós, pois os que estudaram com mais afinco sabem que as mulheres são homens virados para dentro.

Galeano de Përgamo c. 130-200

Entender a diferenciação dos sexos e mais profundamente, de gênero, como construto social, cultural e político, passa antes de tudo, por uma compreensão do masculino e do feminino como produções discursivas nas quais estão em jogo o poder. Antes de começarmos a esboçar idéias sobre esse processo de construção das diferenças, deixamos claro que, quando tratamos gênero, entendemos este como categoria de análise de uma prática social dentro de um processo histórico. De acordo com quem teoriza Foucault, a sexualidade é uma invenção social, que se constitui em múltiplos discursos sobre o sexo, estes discursos regulam, normalizam, instauram novos saberes e produzem “verdades”.^{2[1]}

Esclarecido nossa base teórica, partimos para o caminho das contradições que levam a adentrar neste universo múltiplo, inconstante e nunca terminado, que é o ser homem e ser mulher dentro da perspectiva ocidental. Discutir a aprendizagem de gêneros nas culturas e em momentos históricos diferentes, nos coloca diante das transições que passaram e ainda deixam vestígios, de uma definição biologizante ou naturalista do ser macho e fêmea.

A biologia sempre indicou e marcou estas diferenças, embora servindo de maneiras distintas para necessidade política e cultural de cada época. Antes mesmo da crença da diferença radical entre homem e mulher ser a detentora da “verdade” sobre os sexos, na Antigüidade clássica até um período pré-Iluminista, acreditava-se na existência de um só sexo: o masculino. Durante muito tempo, a crença predominante foi a de que a mulher possuía o mesmo órgão sexual dos homens, só que estes virados para dentro do corpo. As mulheres então, eram essencialmente homens. Por serem imperfeitas, faltava-lhes o calor vital, que acabara retendo suas genitálias para a parte interna do corpo.

Estas observações fazem parte da extensa pesquisa do historiador Thomas Laqueur, resultante no livro *Inventando o sexo- corpo e gênero dos gregos a Freud*. De acordo com Laqueur, neste mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como testículos, onde as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie.

Para o pesquisador, neste período, a longevidade da concepção do sexo único está ligada às questões de poder:

Em um mundo público predominantemente masculino, o modelo do sexo único apresentava o que já era muito evidente na cultura mais genérica: o homem é a medida de todas as coisas, e a mulher não existe como uma categoria distinta em termos ontológicos. Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos, ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém, o padrão do corpo humano e suas representações são o corpo masculino.^{3 [2]}

Assim sendo, o corpo do sexo único era um modelo paradoxal, onde a ordem e a hierarquia eram imposições de fora, não representando um determinismo nas diferenciações. Neste corpo de sexo único havia uma clara diferença na distinção entre natureza e cultura, sendo este corpo diferenciado sexualmente como representação da perda da pureza. Para melhor compreensão, Laqueur explica que neste período, antes do século XVII, o sexo ou corpo, era compreendido como um epifenômeno, enquanto que gênero, como processo cultural, algo mais “real”. Desta maneira se construía historicamente as diferenciações de gênero, precedentes as diferenciações de sexo.

O gênero- homem e mulher- era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna tornasse essa reordenação sem sentido. Pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um modelo de “sexo único” explicitamente ligado a um círculo de significados(...) Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia dos dois sexos, que era mais arraigada no conceito de gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade,

assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis.^{4[3]}

Esta prática discursiva reformulou seus conceitos no final do século XVIII e começo de um período Iluminista. Junto aos ideais de igualdade da Revolução Francesa, o modelo do sexo único foi subvertido definitivamente, quando os poderes hierarquizados dos corpos ganham outros contornos, se instituindo não mais como uma causa biológica, mas legitimados pelo discurso da ciência. O discurso dominante então, deixa de ser o de sexo único, onde feminino e masculino eram concebidos de maneira hierárquica e vertical para dar passagem a diferenciação radical de opostos horizontalmente ordenados. A diferença marcada por um conhecimento anatômico e fisiológico dar-se na medida que se torna importante politicamente marcar a separação destes “territórios”. Desta maneira, os papéis na representação social, psicológica e comportamental se definem na diferença da corporeidade.

O progresso da ciência e da razão impunha modelos fixos de identidades, baseadas em uma nova ordem moral, onde fosse possível obter maior controle e vigilância sobre os corpos - produtos sociais e políticos. As diferenças de sexos opostos eram marcadas pela biologia que os definia como corpos estáveis, não históricos e sexuados. Caberia ao discurso biológico marcar o lugar de cada um na sociedade. Para a mulher, o lugar da passividade, indolência, doçura e a emoção, enquanto aos homens se constituíam como ativos, racionais, dinâmicos e operantes.

A partir dos ideais Iluministas, os indivíduos se construía como sujeitos centrados, racionais, unificados, conscientes, onde o seu centro permanecia sempre o mesmo ao longo de sua existência. Esta “essência” do seu eu era compreendida como a sua identidade fixa. Ora, se esta identidade era imutável e seus valores estão ligadas à ação e a razão, a quem poderia ser identificada a identidade iluminista, se não ao homem?

Ao final do século XVIII, o que se pode certamente dizer é que a sociedade democrática, que se constitui com a Revolução Francesa, não concedeu às mulheres a tal paridade de direitos proclamada. Apesar do engajamento político das mulheres na Revolução, a sociedade emergente não conferiu a elas os mesmos direitos. Contudo, o modelo do sexo único da Antigüidade não tinha então mais lugar e legitimidade, tendo de ser construído um outro discurso sobre os sexos, no qual a hierarquia de poder entre as figuras do homem e da mulher fossem fundadas em novas bases.^{5[4]}

O paradigma da diferença sexual é conduzido pela sua correlação com a modernidade ocidental, mantendo inalterado o poder masculino e a política patriarcal. Para justificar tais procedimentos, um novo discurso sobre diferença sexual é instaurado, onde homens e mulheres a partir das suas naturezas diferenciadas e irredutíveis, conseqüentemente, teriam finalidades morais e inserções sociais diferentes.

O período entre o final do século XIX e a virada para o século XX é marcada por muitos historiadores como o início do feminismo enquanto movimento social organizado. A luta pelo direito ao voto feminino, conhecido como movimento sufragista, deu as mulheres uma maior visibilidade social e política. Nesta luta foram incorporadas outras causas como o direito à educação, à melhoria no trabalho, ao exercício da docência.

Para se entender estas mudanças na categoria de análise de gênero, se faz necessário percorrer o caminho das identidades construídas historicamente na sociedade moderna. Colocamos neste período o foco nas transformações do “sujeito soberano” à medida que as sociedades vão se tornando mais complexas, adquirindo uma necessidade maior de coletividade e socialização. Os direitos individuais tinham que corresponder a novas estruturas do Estado-nação da democracia moderna. O sujeito “social” impunha uma localização e definição no interior destas estruturas. Para Stuart Hall, vários eventos contribuíram para conceituar o sujeito moderno. O primeiro deles foi a própria biologia darwiniana, onde a razão tinha uma base na Natureza e a mente no fundamento do desenvolvimento físico do cérebro. A segunda está relacionada com a permanência do sujeito racional como a figura central nos discursos da economia e da lei moderna.

Entre as questões mais transformadoras está o surgimento do sujeito sociológico e relacional, dando sentido uma nova concepção interativa da identidade e do eu. De acordo com Hall, esta noção do sujeito sociológico refletia uma complexidade crescente do mundo moderno e uma tomada de consciência de que este núcleo interior, tido como sua essência, não era mais autônomo e auto-suficiente e sim, formado na relação com o outro, que mediava a cultura dos mundos que habitava, formada por valores, sentidos e símbolos. Assim, Hall esclarece:

O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”- entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura, o sujeito à estrutura. Estabiliza tantos os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.^{6[5]}

O movimento feminista também absorve a concepção do sujeito como processo de construção social e histórica, onde o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o público, ganham slogan entre as mulheres, quando define que o pessoal é político. As feministas nos

anos 60 e 70, inspiradas nas manifestações de maio de 68, reconhecem a necessidade de investimento na produção de conhecimento acadêmico. Tais estudos deram legitimidade às críticas discursivas que envolviam a psicanálise, teoria marxista e do patriarcado, desenvolvendo leituras sobre o sexismo, a opressão, a subordinação social, a invisibilidade histórica e os silenciamentos. Seja no cotidiano, na família, no trabalho, os estudos feministas procuram dar visibilidade às mulheres, seus interesses, dúvidas, dificuldades, necessidades.

É neste momento que o movimento feminista propõe novas abordagens teóricas para compreender o processo de exclusão social. De acordo com Guacira Lopes Louro, a desigualdade não era mais possível ser justificada por um discurso revestido de linguagem científica:

“O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter final, irrecorrível. É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação” ^{76]}.

O que as feministas vão começar a dar ênfase é o sentido da representação, de como o feminino e o masculino se constituem em determinada sociedade, aquilo que se pensa e que se diz a respeito sobre ser homem e ser mulher em um dado momento histórico. É neste momento que surge o termo gênero, passado a ser utilizado no lugar de sexo. O conceito gênero nasce como um instrumento político.

Com o conceito de gênero pretendia-se romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria “naturalmente” correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais, para argumentar que as diferenças e as desigualdades entre mulheres e homens eram social e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas.

Pluralizando os Gêneros: ambivalência e indeterminação

Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo o que sólido se desmancha no ar...

Marx e Engels

Seja como uma modernidade líquida, exacerbada ou pós-moderna, o que sabemos é que a história humana está sendo marcada por descontinuidades e continuidades, uma pluralidade de possibilidades não-homogêneas, alterando o micro-universo particular de cada identidade na vida cotidiana num multifacetado mundo de variantes e possibilidades. Se tudo o que sólido se desmanchou no ar, se as noções do concretude e das verdades absolutas se liqüefizeram, se o

tempo-espaço se tonaram virtuais, ser homem ou ser mulher, nesta nova vivência de gênero, também passam por deslocamento e desconstruções de sentidos. Esta mudança profunda é marcada pela dúvida, incerteza e ambivalência.

O conceito de gênero amplia-se como constituinte da identidade dos sujeitos e estes podendo ser sempre plurais, contraditórios, onde as identidades se refazem sem mais uma estrutura fixa e permanente, mas sempre em mutação. As identidades sexuais são múltiplas assim também são suas identidades de gênero, ou seja, as maneiras pelas quais os sujeitos se identificam como masculinos e femininos são resultados dinâmicos das construções e constituições sociais e históricas.

As identidades de gênero(...) estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se(...) historicamente, como também na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe...^{8[8]}

A liberdade da escolha e da vivência de gênero não parece assim, tão libertária. Apesar da variedade de possibilidades e a contínua transformação destas representações, ser homem e ser mulher na sociedade pós-moderna é um produto cultural do hedonismo, do individualismo e ofertas de identidades “a la carte” ou consumidas em “fast-foods”.

Neste jogo de trocas e ofertas, fica um ranço da desagregação humana, da atomização progressiva, do triunfo individualista, da reconfiguração do eterno presente, volátil e febril. Desfilado de instituições, esmaece a capacidade de vínculos. A escolha da vivência sexual é o que Anthony Giddens chamou de “sexualidade plástica”, descentralizada, intrinsecamente vinculada a personalidade e ao eu, transformando radicalmente a intimidade.

O que salientamos aqui é que a sociedade de consumo “fabrica” identidades de gênero e discursos sobre estes, mesmo que se refaçam o tempo todo, em um movimento contraditório e plural. Para Gilles Lipovetsky, estamos diante do hiperindividualismo, no qual proliferam as patologias individuais, o consumo anômico, a anarquia comportamental, que regula a si mesma, seja em atitudes prudentes e calculistas, como também desregrada, desequilibrada e caótica.

O hiperindividualismo coincide não apenas com a internalização do modelo homo oeconomicus que persegue a maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida, mas também na desestruturação de antigas formas de regulação social dos comportamentos, junto a uma maré montante de patologias, distúrbios e excessos comportamentais. Por meios de suas operações de nomatização técnica e *desligação social*, a era hipermoderna produz num só

movimento a ordem e a desordem, a independência e a dependência subjetiva, a moderação e a imoderação.^{9[9]}

De acordo com Jean-Claude Guillebaud, na sua obra *A tirania do prazer*, vivemos uma época de solidão consentida pela expulsão do outro, onde dessocialização da sexualidade encontra seu sentido em fenômenos de atomização sociais muito mais generalizado. Para ele, esta dessocialização progressiva no campo da sexualidade se dá com correlação com o enfraquecimento das instituições e dos laços de pertinência, a precarização dos indivíduos frente a sua solidão. Guillebaud acredita ser estes os deslocamentos mais temíveis que ameaçam a coesão da sociedade pós-industrial. A liberdade de ser e não ser ainda assusta pelo alcance não planejado destas escolhas.

A sexualidade corre o risco de ser dessocializada, desfiliada, desumanizada, e no entanto, a sua substância mesma é a de ser cultura e não uma função(...). Não há superação da sexualidade. Como não há sexualidade fechada em si mesma. Ninguém está salvo e ninguém está completamente perdido. (...) Estamos resolutamente libertos, mas sós, e como que esmagados por nosso próprio prazer- que se mostra não ser grande coisa.^{10 [10]}

Apesar da transitoriedade das identidades de gênero, estas são apenas brechas, fissuras, algo que começa a escapar, mas não poderíamos dizer que a diferença de papéis sociais entre homens e mulheres é algo irrelevante na construção política que demarca seus lugares na sociedade. Alguns teóricos, como Lipovetsky, acreditam que hoje, mulheres e homens são donos de seu destino individual, mas isso não equivale a uma total permutabilidade de papéis e lugares sociais. Sua concepção das mudanças, indica que ao mesmo tempo que temos escolhas, as diferenças de posições se recompõem paralelamente ao declínio dos domínios atribuídos a um sexo.

A variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidade, de itinerários e de aspirações. O novo não reside no advento do unissex, mas em uma sociedade “aberta” em que as normas, sendo plurais e seletivas, são acompanhadas de estratégias heterogêneas, de margens de liberdade e de indeterminação. Ali onde as determinações eram mecanicistas, há lugar agora para escolhas e arbitragens individuais. Antes os modelos sociais impunham imperativamente papéis e lugares, agora já não riam mais que orientações facultativas e preferências estatísticas. Aos papéis exclusivos sucederam a abertura das oportunidades. O que se propaga não é a semelhança dos papéis sexuais, mas a não-diretividade dos modelos sociais e, correlativamente, o poder de autodeterminação e de indeterminação subjetiva dos dois gêneros. A liberdade de autodirigir-se se aplica agora,

indistintamente, aos dois gêneros, mas se constrói sempre “em situação”, a partir de normas e papéis sociais diferenciados.^{11 [11]}

Considerações finais

Tomo, nas considerações finais, o discurso das feministas pós-estruturalistas, inspirados nas teorias de Foucault, próximos na concepção de identidades de gênero. Para as pós-estruturalistas, o construto unívoco do sexo- ou seja, a pessoa é de um sexo e portanto, não é do outro- , é um produto da regulação e do controle social da sexualidade, ocultando e unificando artificialmente uma variedade de funções sexuais distintas e não relacionadas. Isto faz com que apareça um discurso como causa, essencialista no interior do sujeito, que tanto produz como torna inteligível todo tipo de sensação, prazer e desejo como específicos de cada sexo.

Para a teórica e feminista Judith Butler, em oposição a essa falsa construção do “sexo” unívoco e causal, há um discurso inverso, que trata “sexo” como efeito e não como origem. De acordo com sua análise da História da Sexualidade, “em lugar de “sexo” como causa e significação originais e contínuas dos prazeres corporais, Foucault propõe “sexualidade” como um sistema histórico aberto e complexo de discurso e poder, que produz a denominação imprópria de “sexo” como parte da estratégia para ocultar e portanto perpetuar as relações de poder”.^{12 [12]}

Outra teórica de gênero que argumenta em cima do pós-estruturalismo é Joan Scott (1986) no artigo Gênero: categoria de análise histórica, que muito contribuiu para os estudos feministas. Para ela, é preciso desconstruir o caráter da oposição binária do masculino e feminino, implodir a lógica que analisa e compreende a sociedade através de um pensamento dicotômico e polarizado sobre gêneros, dentro de uma relação que se constrói sempre invariavelmente entre dominados e submissos.

A desconstrução vinda da filosofia francesa a partir de Foucault, Derrida, Deleuze, entre outros, sugere que procuremos nestes processos as condições que estabelecem a lógica polarizada. Para Foucault, esta oposição é construída e não fixa nem inerente, por isso mesmo, supõe que se historicize o processo daquilo que é tido como oposto, já que o esquema polarizado não comporta as demandas das complexidades sociais.

Nesta observação, desconstruir a polaridade rígida de gênero é compreender que cada um, masculino ou feminino, contém em si o pólo oposto, e este nunca é uno, mas se inscreve sempre no plural, incluídas então, diferentes formas de masculinidades e feminilidades

construídas socialmente. Para tanto, os gêneros se produzem nas relações intrínsecas de poder. Esta construção não passa somente através dos mecanismos de repressão ou censura, mas através das práticas e relações que instituem os modos de ser e de estar no mundo.

ser e não ser, permeando entre o masculino e feminino, é uma tarefa que exige uma despolarização do nosso pensamento ocidental dicotômico, que se apresenta ora por igualdades ora por diferenças. A história de gênero se constrói contraditoriamente porque contraditório é o tempo e o lugar onde se inscreve. Este jogo de identidades complexas e instáveis nos parece inconcluso. O que vemos é um grande labirinto de caminhos a quais homens e mulheres constroem e refazem suas histórias e identidades. Não buscamos aqui, como foi dito, traçar uma genealogia da sexualidade e de gênero, mas apresentar idéias teóricas que, sem buscar origens ou verdades genuínas, trazem as multiplicidades dos discursos difusos e contraditórios que ora apresentamos.

Referências

BIRMAN, Joel. *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 256p.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 236p.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991, 177p.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993, 228p.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 434p.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 102p.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 313p.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001, 179p.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 339p.

LIPOVETSKY, Gilles. Tempo contra tempo, ou a sociedade hipermoderna. In: _____. A sociedade hipermoderna. Porto Alegre: , 2004, p.50-103.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guaciara Lopes; NECKEL, Jane Filepe; Goellner, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003, p.9-27.

¹³[1] Para saber mais, ler Foucault, Michel. *A História da Sexualidade 1*.

¹⁴[2] LAQUEUR, 2001, p. 75.

¹⁵[3] - LAQUEUR, 2001, p.19.